



# A ACADEMIA E O IMPÉRIO: racionalismo e sociabilidade intelectual no mundo luso-brasileiro

Oswaldo Munteal Filho

*Ainda hoje, tantos anos passados, me pergunto que vulto de mim  
terá ficado disperso na brancura das areias ou imobilizado em pedra na  
arriba cortada pelo vento. E sei que não há resposta.*

José Saramago. *De quando morri virado ao mar.*

A partir de meados do século XVIII tornou-se intenso o investimento das autoridades metropolitanas no estudo metódico da natureza física dos domínios ultramarinos. Através de uma complexa rede de trocas de produtos naturais entre as colônias com a finalidade central de aclimatá-los e prepará-los para diversas destinações, o conhecimento da natureza física foi sensivelmente ampliado em Portugal.

D Este movimento pragmático e cientificista foi proporcionado pelas experiências desenvolvidas nos laboratórios de experimentação, pelos estudos realizados nos museus de história natural, em Coimbra e Lisboa, e pela efetiva concretização de investigações naturalísticas nas instituições, ou estabelecimentos congêneres, na metrópole e no mundo colonial.<sup>1</sup>

A partir deste processo, tendo a América Portuguesa como eixo da política colonial de “valorização do mundo natural”, a Índia portuguesa, Macau, Guiné, Moçambique e Angola passaram a ser conhecidas e exploradas mais detalhadamente. Além do ultramar português, outras áreas foram contempladas nos termos da redescoberta da natureza, como a Ilha da Madeira e o arquipélago dos Açores.<sup>2</sup> A Madeira, descoberta pelos portugueses em 1420, foi o começo do Novo Mundo lusitano. Na ilha

cresciam muitas árvores e de diversas espécies. Madeira era tão densamente arborizada que os primeiros portugueses que lá desembarcaram a chamaram de “isola madeira,” ou a “ilha da madeira.” Os que se estabeleceram na ilha não vinham apenas apreciar suas belezas. Na verdade, estavam em busca de oportunidades que os recursos da ilha poderiam oferecer e concluíram que as florestas deram riqueza ao seu solo, cheio de fontes, rios e regatos. Os portugueses consideraram que a cana-de-açúcar se desenvolveria bem na terra de clima ameno, fértil e irrigada. E, então, a terra foi intensamente explorada no século XVIII, a partir do estudo científico e investigativo das madeiras úteis para diversas atividades econômicas.<sup>3</sup>

Devemos considerar como indicativo desses estudos o aproveitamento racional ou metódico das chamadas “produções naturais das colônias,” nos estabelecimentos de caráter investigativo, como os Jardins e Hortos botânicos.

A articulação entre a política fomentista do Estado português e as atividades de cariz especulativo e pragmático era um dos objetivos do corpo acadêmico que conduzia os projetos de reestruturação da exploração dos domínios ultramarinos. De uma forma complementar, podemos verificar que se fazia necessário o pronto delineamento de uma cultura científica útil, e que trouxesse rápidos retornos a Coroa portuguesa.

A Academia Real das Ciências de Lisboa deu continuidade à abertura de Portugal para a cultura científica continental, bafejada pelo racionalismo e pelos modelos teóricos elaborados pelas Luzes.<sup>4</sup> A ênfase da orientação ilustrada recaiu decisivamente, como já tivemos a oportunidade de sublinhar, sobre o fomento à cultura científica e à mentalidade pragmática que se desenvolvera nos círculos letrados luso-brasileiros de Coimbra, Lisboa, Montpellier e Rio de Janeiro.

Para alguns ilustrados luso-brasileiros, ou mesmo para os estrangeiros que atuavam em vários estabelecimentos científicos em Portugal, principalmente nos museus de história natural de Coimbra e Lisboa, e nos museus inscritos nos ambientes literários (neste caso, o museu da Sociedade Literária do Rio de Janeiro), assim como na universidade reformada, a natureza era encarada como fonte de regeneração espiritual e produtora de valores, fonte da qual o homem na península ibérica deveria apenas tirar proveito.

Os portugueses, especialmente os intelectuais-ilustrados luso-brasileiros, passaram por um período de forte ebulição intelectual e científica entre a época pombalina (1750-1777) e a revolução liberal do Porto (1820). O absolutismo esclarecido de D. José e do Marquês de Pombal tentou um complexo equilíbrio entre uma monarquia, que sustentava os setores estagnados associados à estrutura agrária, e o pensamento ilustrado de orientação reformista e utilitária.

Consideramos que, para além do plano marcadamente intelectual e das correntes teóricas que emergiram com a criação desta instituição, a mudança gerada pela Academia Real das Ciências de Lisboa se fez sentir a partir de uma política de Estado que objetivou a redefinição das possibilidades e mecanismos de exploração do ultramar.

A preocupação em apresentar um carácter produtivo à agricultura teve um papel central na criação literária e na produção da cultura científica luso-brasileira. Segundo os ilustrados lusos era fundamental a proteção às atividades económicas. Em primeiro lugar, deveria-se proteger a agricultura, considerada como um setor importante da economia portuguesa. Complementarmente, a Academia Real das Ciências de Lisboa deveria auxiliar os lavradores em suas atividades rotineiras. Deveria proteger, em segundo lugar, o comércio, e, por último, a indústria. A ilustração luso-brasileira incorporou diversos aspectos da fisiocracia, na busca de um governo regulado pelas leis da natureza.

Faz-se necessário assinalar que tratamos aqui da Academia das Ciências não de uma maneira uniforme e coesa, mas como uma agremiação que resultou da imbricação de uma série de correntes ou estilos de pensamento. Chamamos a atenção para a dimensão particular de um dos grupos que lutaram para a ocupação de um espaço político e intelectual diante do Estado português burocratizado.

A situação colonial concorreu para a formação de uma espécie de sub-grupo naturalista-utilitário dentro da Academia Real das Ciências. Este grupo incorporou membros egressos da época pombalina, e outros que, formados no “espírito” e na atmosfera intelectual da Universidade de Coimbra reformada e no Colégio Real dos Nobres de Lisboa, tiveram uma aproximação mais estreita com os temas do Iluminismo. Devemos sublinhar ainda a dimensão organizacional do Estado burocrático lusitano, que exigia cada vez mais dos quadros da Academia Real das Ciências de Lisboa um comprometimento com a elaboração de uma “divisão do trabalho naturalístico”, marcada inclusive pela repetição das tarefas.

Ainda que no plano estritamente pragmático, as Luzes pós-pombalinas, após a “viradeira”, assumiram contornos francamente abertos a uma cultura científica alicerçada no utilitarismo e no cientificismo como vertentes hegemônicas. O ideário da Academia das Ciências de Lisboa e a base das propostas reformistas, que não estavam confinados apenas a produção dos académicos, partiram de uma maior abertura do *Mundo de Queluz* e de seus quadros intelectuais aos esquemas mentais ilustrados.

Podemos afirmar que existe um certo consenso em torno do fato de que o cientificismo e o pragmatismo integraram as linhas de pensamento que foram

trilhadas, ou que definiram, os caminhos da ilustração luso-brasileira no período pós-pombalino. Os marcos fundadores destas linhas concretizaram-se a partir das práticas discursivas dos sócios da Academia das Ciências.

As práticas científicas vislumbradas pela Academia Real das Ciências de Lisboa estão referidas, de certa maneira, aos tópicos que compunham a política econômica da época pombalina, e às fases da governação portuguesa debaixo da rainha D. Maria I e do príncipe regente D. João. Tais práticas conferem especificidade ao grupo ilustrado naturalista-utilitário da Academia e, observadas em conjunto, oferecem um campo de investigação acerca dos programas de recuperação econômica adotados pelo Estado português.

Se considerarmos a importância dos concursos inspirados nos Programas da Academia, devemos observar as instruções do Visconde de Barbacena, secretário da Academia na sua fase de criação e um dos sócios mais importantes do grupo da “viradeira”, quando abriu a temporada dos concursos para os melhores Programas científicos, em julho de 1780. O secretário chamou a atenção, imediatamente, para a centralidade do tema em questão: Descrição física e econômica de uma parte da Comarca de Coimbra, com várias observações sobre o estado da povoação, da agricultura, das artes mecânicas, da indústria, e do comércio. A Academia premiaria a Memória que “...melhor descrevesse física e economicamente alguma Comarca, ou território considerável deste Reino; e a Academia tendo aceitado este louvável oferecimento, como muito conducente aos úteis fins que ela se propõe, o porá em execução...”<sup>5</sup>

Os Programas deveriam inicialmente investir no próprio território português, descrevendo as suas potencialidades econômicas, assim como proceder a uma avaliação profunda das condições da população e das suas atividades cotidianas. Compreender Portugal estava na ordem do dia para os acadêmicos lisboetas, além, é claro, de defender a língua portuguesa e estudar o ultramar.

O Programa proposto pela secretaria da Academia tinha como norma central estudar e descrever um território do Reino ou um trecho dos domínios ultramarinos a ser explorado, que compreendesse obrigatoriamente a “História dos três Reinos da Natureza do país descrito”, como se dizia na época. Esta precaução era repetida à exaustão nas atas das sessões ordinárias, declarava-se nas assembléias extraordinárias, e incluía-se nos Programas dos concursos, para que fossem escolhidas as melhores Memórias descritivas da Academia das Ciências de Lisboa.

O grupo naturalista da Academia expressava a base do projeto reformista ilustrado<sup>6</sup> que, na época, lutava para se tornar hegemônico entre as alternativas de reforma e racionalização do Estado existentes, diante da sangria proporcionada pelo esgotamento do modelo de exploração colonial.

As medidas que proporcionavam um melhor aproveitamento e conhecimento da natureza tropical ultramarina objetivavam, em primeiro lugar, a criação de estabelecimentos científicos que fossem capazes de organizar e estudar o conteúdo das remessas vindas das colônias ultramarinas. No caso, os produtos pertencentes aos três reinos da natureza, que se consubstanciavam em plantas e sementes, animais quadrúpedes, e os elementos mais diversos do reino mineral. Em segundo lugar, as autoridades metropolitanas se esforçavam para que fossem realizadas as chamadas “viagens filosóficas.” A ênfase destas viagens consistia na reprodução, de uma maneira quase integral, daquilo que os naturalistas luso-brasileiros viam, e denominavam, na época, de “Teatro da Natureza.”

Os naturalistas deviam reproduzir o espaço natural existente nas colônias, “transportando-o” para os estabelecimentos científicos lisboetas, como o museu de história natural da Academia, sob a guarda do sócio J. Mayne, os jardins da Ajuda e os hortos de Coimbra, e os laboratórios de experimentação dos museus e dos gabinetes de história natural. Além disso, os membros destas expedições deviam ser muito bem preparados na “arte de observar e descrever,” como se dizia entre os acadêmicos. Finalmente, o Estado português investiu cada vez mais na política fomentista de base utilitária. Fundamentalmente, isto queria dizer, que não poderia haver uma tal política sem estabelecimentos científicos que oferecessem suporte logístico para tal empresa. Além disso, eles deviam estar aparelhados para responder à demanda agrícola, ou seja, era imperioso transformar ou tornar úteis as produções naturais das colônias contidas nas remessas de plantas, animais e minerais. O grupo de intelectuais / ilustrados naturalistas zelava pela coordenação das viagens, que, por sua vez, incentivavam o fomento da ciência da agricultura nas colônias.

Houve um momento de inegável aceleração na busca do conhecimento observável e útil com a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). No bojo deste movimento foi garantida a definição de estruturas de pensamento que buscaram a coerência entre o projeto para a recuperação econômica do reino e a ação política, parcialmente inspirada no despotismo de Pombal, e, por outro lado, voltada para a reação dos políticos da “viradeira” à exclusão nobiliárquica. O conflito entre o caráter inovador das reformas inspiradas nas Luzes e as práticas tradicionais absolutistas ainda marcava o Estado português. A este respeito o historiador inglês K. Maxwell considera que os portugueses da época pombalina viviam “...o conflito da tradição com as forças da mudança e da inovação, a luta entre a religião antiga e o racionalismo novo da idade da lógica, o desejo de ser grandioso com base na riqueza da América do Sul, mas com a nostalgia

sempre presente das glórias passadas do Oriente, o conflito entre meios despóticos e objetivos esclarecidos.”<sup>7</sup>

O salto decisivo do reformismo luso-brasileiro se deu com a produção científica da Academia das Ciências, que, por sua vez, alcançou seu tom maior com a publicação das Memórias Econômicas e das chamadas “Premiadas” da Agricultura. Ambas ressaltaram a necessidade do “adiantamento da agricultura.”

Os estudos de cunho memorialístico divulgados pela Academia tiveram como público alvo a comunidade letrada portuguesa propriamente dita e a ultramarina. Ambas as comunidades letradas manifestaram-se através dos periódicos científicos e literários da época, pelas propostas de Memórias e Projetos, e através das Odes e Elogios literários, inspirados pela história natural.

As Memórias Econômicas Premiadas da Academia foram a expressão clássica das manifestações naturalísticas empreendidas nas colônias, sob a forma de texto. O trabalho de elaboração das Memórias resultou do movimento intenso dos naturalistas e burocratas metropolitanos que viajaram pelo Império Colonial, recolhendo espécimes e subsidiando de informações os acadêmicos, que, estacionados em Lisboa, pensavam ou refletiam sobre as experiências realizadas no Novo Mundo. A Memória – seja a inédita ou a premiada / publicada – é a materialização escrita de tudo aquilo que vinha sendo observado entre 1789 e 1815, fase de significativa proliferação dos estudos e das investigações acadêmicas lisboetas.

Os naturalistas luso-brasileiros sentiam a necessidade de conferir uma prática científica ao exercício botânico e zoológico que empreendiam intelectualmente nos estabelecimentos investigativos, tendo como base as instruções dirigidas ao tratamento dos elementos oriundos do mundo natural, trazidas da França e de outros países adiantados nesta área.

O Marquês de Pombal incentivou intensamente os jardins ornamentais, como o do Rossio, em sua reforma urbana, e o jardim central, do Palácio da Ajuda, também voltado para o passeio dos nobres. Além disso, deu uma atenção especial aos jardins que cultivava em Oeiras,<sup>8</sup> na ornamentação do seu Palácio, erigido à época da sua governação. Sebastião José de Carvalho e Melo tratou cuidadosamente dos investimentos lusos nos chamados “Jardins de Aclimação.” O uso racional dos hortos teve como exemplo maior o jardim lateral do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, tratado pelos jardineiros-botânicos, D. Vandelli e J. Mattiazzi.

No caso dos jardins úteis ao progresso das artes e da economia pública, não houve tolerância, durante o consulado pombalino, relativamente ao mau emprego dos recursos destinados ao conhecimento das plantas. Numa

famosa correspondência de Pombal – por demais explorada –, endereçada ao jardineiro-mor do rei, o ministro de Dom José recomendava que, com tantos gastos nesta área, o retorno científico não era proporcional ao que fôra demandado pela Coroa. Os jardins, portanto, deveriam ser mais úteis, e administrados por homens preparados e conhecedores da história natural.<sup>9</sup>

Durante o reinado de Dona Maria I os naturalistas insistiram no legado da Coroa josefina. O ambíguo jardim pombalino foi mantido, na tentativa de conciliação entre o prazer do passeio e a prática científica extraída da aclimação das plantas úteis. A nobreza também não dispensara a observação das feras trazidas do ultramar e dispostas no Pátio dos Bichos, do Paço de Belém.

Alguns anos mais tarde, quando quase tudo o que a Academia das Ciências havia realizado parecia, aos olhos dos contemporâneos do liberalismo, um amontoado de puerilidades, e a própria instituição já não gozava de grande prestígio nacional, o *Jornal de Bellas Artes* publicará, na parte dedicada às “curiosidades”, o seguinte:

*Gabinetes de História Natural, e Jardins Botânicos. O Gabinete de História Natural de Sua Magestade, no sítio d' Ajuda, merece ser visto. Ainda que não pode competir com o de Paris, ou mesmo com o de Madri, tanto por ser pequena a Sala em que está colocado, como por não estar completa parte alguma dos diferentes ramos de que se compõem, e faltar-lhe aqueles objetos relativos ao Brasil, que era de esperar tivesse, contudo encontrar-se-ão ali várias peças importantes. O pedaço de mina de cobre virgem, que se acha no centro da Sala da Mineralogia, achado em um vale a duas léguas de distância da Cachoeira no Brasil, é de um tamanho, e de um valor extraordinário. O seu peso, segundo o Senhor Vandelli, é de 2666 arrates, e tem três pés e duas polegadas e seis linhas na sua maior largura, e 10 polegadas na sua maior grossura, por algumas partes está coberta de malachita, e de ochre de ferro, a sua superfície é áspera, e somente polida no espaço em que se lê esta inscrição – MARIA I et PETRO III. Imperantibus Cuprum nativum Mineræ ferri mixtum Ponderis lib. In Bahiensi Praefectura Prope Caxoeiræ Oppidum Detectum Et in Brasiliensi Principis Musoeo P. 1782. (...) Por detraz deste Gabinete está o Jardim Botânico superiormente situado. Dali se goza uma vista encantadora, descobre-se ao mesmo tempo o rio, o Oceano, e grande parte da cidade de Lisboa como no jardim das plantas em Paris. Não é vasto, e as estufas são pouco espaçosas, porém tem um excelente lago para as plantas aquáticas, a sua distribuição é elegante, de maneira que não pode deixar de interessar a um Botânico. A coleção completa dos mármorees diferentes*

*do Reino de Portugal, que se acha na mesma Sala da Mineralogia parece-me ser digna da atenção dos curiosos, e não menos as duas toscas estátuas, que estão à entrada do Jardim Botânico. (...) O Gabinete de História Natural, e o Museu, denominado Maynense,<sup>10</sup> no Convento de Nossa Senhora de Jesus, é igualmente digno de se ver o da Academia Real das Ciências, ao largo Calhariz, o do Exmo. Sr. Marquês de Angeja, na Junqueira, e os de outros particulares merecem ser contemplados. Os outros Jardins Botânicos são o do Exmo. Marquês de Abrantes, a S. Domingos de Benfica, e tem este jardim a singularidade de fazer parte da Quinta do mesmo Exmo. Sr., a mais agradável no gênero do novo gosto francês nos subúrbios de Lisboa.<sup>11</sup>*

Os saques, promovidos pelas invasões francesas, capitaneados pelo naturalista G. Saint-Hilaire, a mando do general-comandante e El-Rei Junot, já haviam, na época dessa edição do *Jornal de Bellas Letras*, destruído boa parte do acervo das produções naturais das instituições científicas lusitanas. A história natural das colônias estava, naquela altura, depositada no Museu de História Natural de Paris.

As manifestações de interesse pelo mundo natural espelhado na natureza do Novo Mundo, partidas de nobres cortesãos, naturalistas e burocratas, estavam cada vez mais vivas nos tempos do Estado burocrático. Este movimento preconizado pelo *Mundo de Queluz* contara com a ação dos reformistas do sub-grupo naturalista-utilitário da Academia das Ciências. Um sócio correspondente da Academia, residente na região do Minho, distante portanto do centro irradiador das Luzes luso-ultramarinas, retratou o seu prazer cultivando um jardim, dotado de várias curiosidades e de “diversos engenhos acumulados” pelas viagens que realizara. A narrativa-testemunhal vai se desenrolando até que o Sr. João Lopes descreve as suas “jornadas” e lhes dá o apelido de “devaneios.”<sup>12</sup> Toda esta longa sequência narrativa é pontilhada de metáforas silvestres. E este é apenas um fragmento da convivência, à flor da pele, de um homem do império colonial com o mundo natural luso-ultramarino.

O Conde da Barca, António Araújo de Azevedo, chegou a sugerir a elaboração de elogios e odes aos meses mais pródigos para a “mãe de todos os ramos próprios à prosperidade dos povos.” Tudo isto numa Memória sobre a agricultura, oferecida à Academia Real das Ciências de Lisboa, com a finalidade de obter melhores safras a partir do momento que se “conheçam melhor os meses mais apropriados para a plantação e para a colheita.”<sup>13</sup>

A Academia Real das Ciências se propunha a uma espécie de sistematização de todo este esforço, representado pela convivência e pela



exploraração das “criaturas brutas” do mundo colonial. Os portugueses, isoladamente, não poderiam, além de não ser considerado politicamente seguro, tomar tal empresa nas próprias mãos. O Estado burocrático, representado pelo despotismo ministerial mariano e pela nobreza cortesã da “viradeira”, deveria intervir e ser o grande mediador entre a Coroa lusa e os intelectuais-ilustrados. Referimo-nos aqui a um modelo estatal compartilhado formado por uma fração da nobreza cortesã comprometida com o ideário reformista, pela burocracia comandada pelo Conde de Linhares e, finalmente, pelo sub-grupo naturalista-utilitário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Este modelo estatal que se desenvolveu após a “viradeira” representava uma estratégia de sobrevivência dos pombalinos dentro das estruturas de poder. Além disso, devemos ter em mira que uma concepção burocrática do Estado ganhara força naqueles tempos de ódio e de sentimento de revanche deslançados pelo *Mundo de Queluz*.

Para tanto, tornara-se imperioso, na avaliação dos principais sócios da Academia, que ao lado desta inclinação voltada para a organização doutrinária e burocrática-estatal do reformismo, o movimento academicista teria que investir numa extrema disseminação da cultura científica. Esta manifestação investigativa foi fundada, e se construiu, dependente da proteção do fomentismo estatal mariano, e continuou atrelada ao poder régio durante o período joanino.

Para pôr em prática todo este empreendimento os reformistas luso-brasileiros de norte a sul de Portugal e pelo império colonial ultramarino alardeavam a necessidade do conhecimento da natureza. Neste sentido, foram criados mecanismos formais, como a elaboração dos concursos para os Programas e Projetos da Academia. Foi criada uma certa concorrência entre os sócios, objetivando a publicação das melhores Memórias dedicadas à Academia, nas Coleções mais prestigiadas da à época jovem instituição.

Além disso, incrementara-se o incentivo, o fomento, e o subsídio fornecido pela Coroa ao debate sobre a natureza física, a medicina, a história natural e, evidentemente, a ciência magna para os luso-brasileiros – a da agricultura. Esta discussão podia ser travada também num outro tipo de manifestação cultural coletiva – entre os intelectuais-ilustrados e os burocratas – através dos periódicos “literários” e científicos. O mundo natural, redescoberto pelo *Mundo de Queluz*, precisava ser descortinado e classificado pelos “espreitadores” da natureza.<sup>14</sup>

## Notas

<sup>1</sup> Existe um núcleo documental no A.N.R.J. que contém registros documentais relevantes, do nosso ponto de observação, para um exame mais detalhado das manifestações científicas na América Portuguesa. No caso, referimo-nos ao Arquivo Particular do Marquês do Lavradio (Fundo: RD - SPD. Marquês do Lavradio – 1768-1776 – AP 41 A.). Especialmente os registros: Série 2: Correspondência Passiva: Notação 19 – Anil e Coxonilha; Notação 17 – Algodão e Amora; Notação 14 – Pássaros; Série 5: Desenvolvimento Agro-Manufatureiro: Notação 38 – Minas; Notação 39 – Manteiga; Notação 40 – Anil; Notação 41 – Coxonilha; Notação 42 – Linho Guaxima e Notação 62 – Experiências de Cabos; Série 6: Demarcação e Defesa das Fronteiras: Notação 44 – Madeiras. Além deste núcleo, faz-se necessário consultar a Coleção Vice-Reinado, sobretudo as correspondências dos vice-reis com a corte de Lisboa entre 1750 e 1800. Para os efeitos das nossas investigações, flagramos no AP do Marquês do Lavradio uma passagem que consideramos importante na Série 2 – Notação 19 – José Henriques Ferreira. Dissertação sobre a coxonilha. História do seu descobrimento na América Portuguesa. 1772: “No ano de 1772, no dia 18 de fevereiro se deu princípio a uma Academia de História Natural e Médica nesta cidade do Rio de Janeiro que eu com alguns outros sócios curiosos e desejosos de saber erigi debaixo da Proteção do Marquês do Lavradio vice-rei do Brasil. Tratando-se nela várias matérias pertencentes ao seu objeto, apresentando cada um dos sócios aqueles, que achava, e de que tinha notícia o cirurgião mor, Maurício da Costa referiu em uma sessão da mesma Academia, da qual também era benemérito. Sócio que viajando pelo Rio Grande de São Pedro no tempo em que se determinou fazer a demarcação da América Portuguesa, com a Espanhola.” O médico, J. H. Ferreira, formado em Coimbra, colaborava no tratamento das plantas úteis para determinadas terapias e preparava-as no Horto Botânico da Academia, como vai indicado no mesmo documento. Ver ainda uma representação dos professores régios de Humanidades do Rio de Janeiro, professor de grego João Marques Pinto e o mestre de retórica Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, endereçada à rainha Dona Maria I, acerca do incentivo aos princípios filosóficos e aos intelectuais ilustrados que se dedicavam às causas do Império: “...a Corte da América Portuguesa, de tanto luxo, e carestia de tudo o necessário para a conservação e uso da vida, de casas, servos, e artefatos, livros, e víveres ainda do país, causada pelo feliz aumento da povoação, e pela fácil e pronta exportação dos seus gêneros para esse Reino, em atenção à qual os magistrados, que aqui em todo o Ultramar servem a Vossa Majestade, vencem ordenados muito mais avultados, do que aqueles que nessa Corte servem os idênticos empregos, e muito menos para comprarmos os livros de que continuamente precisamos, para nos instruímos cada vez mais, a fim de irmos servindo de melhor a melhor a Vossa Majestade na instrução dos seus povos, visto ter o Subsídio Literário desta Capitania, um rendimento que excede muito à despesa que se faz com os Professores dela.” Este documento tem como referência: A.H.U. Caixa 153. Doc. No. 29. fls. 120-129. Devemos considerar que esta fonte foi trabalhada exaustivamente pelo Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos. Op. cit. (Apêndice Documental de *No rascunho da nação...* pp. 166-170.) Podemos considerar, complementarmente, que o conhecimento gerado pela ilustração luso-brasileira, por mais servil que fosse ao poder régio, ou subordinado às demandas do fomentismo, ainda assim poderia representar um certo risco para a Coroa. O conteúdo das práticas discursivas, presente nas Academias (em Lisboa ou no Rio de Janeiro), trazia no seu bojo todo o veneno do anticlericalismo radical – ainda que amenizado

pela tradição católica –, do republicanismo – reduzido no seu escopo pela crença inexpugnável no absolutismo – e da pedagogia das Luzes – incorporada entre os peninsulares com a vigilância da burocracia renovada. Esta era uma contradição, ou talvez uma peculiaridade, presente nesta vertente da ilustração peninsular e americana. Podemos também supor que o movimento ilustrado na colônia inspirou-se, de certa forma, no ímpeto reformista metropolitano, e desta maneira seria mais fácil alcançar outros centros, desenvolvidos, de produção literária e científica, utilizando-se de Lisboa como um trampolim. Sobre as especificidades do movimento esclarecido produzido pelo absolutismo, ver: Franco Venturi. “Despotisme Oriental.” In: *Europe des Lumières – recherches sur le 18e siècle*. Paris: Mouton, 1971. pp. 131-142. As manifestações intelectuais e culturais na América Portuguesa articuladas ao absolutismo ilustrado, abaixo da atmosfera das práticas ilustradas e reformistas da época pombalina, foram estudadas em detalhe no trabalho: Francisco J. C. Falcon. “As reformas pombalinas e a cultura colonial.” In: *Fórum de Ciência e Cultura / UFRJ / AMÉRICA* 92. Rio de Janeiro: 1992. 42 páginas. (Inédito).

<sup>2</sup> Cf. *Avisos para os governadores e capitães gerais das Ilhas da Madeira e Porto Santo*. B.A.C.L. Série Azul. Manuscrito No. 1200. Há também nesta relação de cópias-originais alguns documentos assinados por D. Rodrigo de Souza Coutinho, contendo ordens para a coleta de “produções naturais.” Estes registros são relativos a Goa e ao Brasil, a partir da folha 97 do Códice. Ver também a coletânea: *As sociedades insulares – no contexto das interinfluências culturais do século XVIII*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Região Autónoma da Madeira, 1994. Dentre os estudos apresentados nesta coletânea, faz-se necessário examinar as investigações do especialista na Região da Madeira e na área específica da História do Atlântico Sul, o historiador português Alberto Vieira, acerca da penetração das Luzes e das idéias liberais no Funchal.

<sup>3</sup> Cf. sobre este ponto: John Perlin. *História das Florestas – a importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. Especialmente as pp. 263-276.

<sup>4</sup> Este aspecto é discutido pontualmente no seguinte estudo: Moses Bensabat Amzalak. *Elogio histórico de Cristóvam Aires de Magalhães Sepúlveda lido na assembléia geral da Academia das Ciências de Lisboa em 29 de outubro de 1931*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

<sup>5</sup> *Programa*. 1780. B.A.C.L. Série Azul. Manuscrito. No. 601. 3 fls.

<sup>6</sup> Ver a este respeito os Programas mais abrangentes, acerca da concepção reformista: *Programas de julho, maio, agosto e setembro de 1795*. B.A.C.L. Série Azul. Manuscrito No. 602. 19 fls.

<sup>7</sup> Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal – paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 38.

<sup>8</sup> As informações a este respeito são escassas, entretanto, recolhemos alguns dados em: Kenneth Maxwell. *Idem*. p. 2., nota número 5.

<sup>9</sup> Cf. a este respeito: *Folha de Pagamento dos Jornais e outros vencimentos que tiveram as pessoas no Real Museu e Real Jardim Botânico no ano de 1780 a 1816*. Casa das Obras e Paços Reais. A.N.T.T. No. 99.; *Despesas com a Biblioteca, Casa do Risco, Museu de História Natural e Real Jardim Botânico no ano de 1797 a 1811*. Casa das Obras e Paços Reais. A.N.T.T. No. 98. Os livros de receitas e despesas são assinados por D. A. Vandelli, com observações feitas pelo naturalista acerca dos gastos com as atividades investigativas do mundo natural das colônias.

<sup>10</sup> Maynense refere-se a José Mayne, sócio da Academia das Ciências e diretor do Gabinete de História Natural da Academia.

- <sup>11</sup> “Curiosidades.” In: *Jornal de Bellas Artes ou Mnemosine Lusitana*. Lisboa: Impressão Régia, No. 1. 1816. fls. 164-166. B.P.A.
- <sup>12</sup> João Lopes escrevendo de Braga. *Jardim*. 1783. A.D.B. Manuscrito No. 130. 243 fls.
- <sup>13</sup> Conde da Barca. *Memória sobre a Agricultura*. Miscelânea – Século XVIII. s/d. A.D.B. Manuscrito. No. 608. fl. 304.
- <sup>14</sup> O problema específico da disseminação do movimento acadêmico na Europa, especialmente pelo interior da França, foi estudado e amplamente documentado por: Daniel Roche. *Le siècle des lumières en province – Académies et académiciens provinciaux, 1680-1789*. Paris: Éditions de l’ École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978. 2 tomos. A consulta ao segundo volume, articulada ao acompanhamento da estrutura da tese e dos seus argumentos fundamentais, indicados no Apêndice Documental da Tese, levam-nos a uma demonstração empírica dos fatores que na França, impulsionaram a expansão das manifestações culturais em pleno antigo regime, como por exemplo: 1– Papel da agricultura como uma fonte de riqueza examinada pelas Academias. 2– Participação dos nobres pelas diversas Províncias. 3– Condição geográfica e demográfica que levava a uma certa desconcentração em Paris; dentre dezenas de outros fatores.